



MINERAÇÃO EM MÁRIO CAMPOS, VERDADES E MITOS!



Opinião



Caução ambiental



Aconteceu



ZELADORIA DO PLANETA ONG



COLUNA OPINIÃO



MARÍLIA MELO - Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais

Compromisso e gestão sustentável do território garantem preservação e restauração de florestas em Minas Gerais compreende seu papel fundamental na proteção da Mata Atlântica no país. Somos o estado brasileiro com maior área remanescente do bioma, que representa tanto da riqueza de biodiversidade do nosso país, e que, ao longo da história, passou por intensa degradação. Por isso, temos uma grande responsabilidade de garantir que Minas siga dando exemplo de preservação e restauração ambiental, para se manter como guardião da Mata Atlântica brasileira.

Nossos esforços para conservar, recuperar e expandir as áreas de vegetação nativa demonstram o compromisso do Estado com a preservação ambiental e a construção de um futuro sustentável. No último mês de março, durante o 10º Encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), apresentamos os primeiros resultados de um acordo firmado entre os governadores dos estados que compõem o grupo, em outubro do ano passado, o “Tratado da Mata Atlântica”.

Minas Gerais saiu na frente e, em quatro meses, já cumpriu 10% de uma meta ousada que prevê o plantio de 7 milhões de mudas de espécies nativas, até o final de 2026. Foram contabilizados o plantio de 663 mil mudas de espécies nativas do bioma, de novembro de 2023 a fevereiro deste ano, números que nos motivam diante do desafio. Esses dados contabilizam ações de compensações ambientais por atos autorizativos; projetos socioambientais executados pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), como o Bosque do Amanhã, em parceria com municípios mineiros; e ainda a recuperação e restauração ambiental promovidas por meio de projetos de fomento florestal de espécies nativas e do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O “Tratado da Mata Atlântica”, assinado em outubro de 2023, prevê o compromisso dos sete estados das regiões sul e sudeste (ES, PR, MG, SC, SP, RS e RJ) na restauração de 90 mil hectares do bioma e o plantio de 100 milhões de mudas nativas.

Em outras frentes de ação e monitoramento, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (Sisema) vem trabalhando intensamente para combater o desmatamento ilegal e garantir a preservação e a manutenção da cobertura vegetal. Minas Gerais é o primeiro estado brasileiro a adotar uma abordagem inovadora no enfrentamento aos crimes ambientais, integrando atividades de inteligência à fiscalização ambiental, com investigações aprofundadas e métodos analíticos, em atuação conjunta com outros órgãos.

O uso de tecnologias no processo do monitoramento, em conjunto com as atividades de inteligência, como por exemplo a inclusão da plataforma Brasil Mais, reduziu o tempo de detecção desmatamentos, possibilitando respostas mais rápidas e ações efetivas das equipes de fiscalização. Somente em 2023, foram realizadas mais de 47 mil ações de fiscalização, um aumento de 24% em relação ao ano anterior.

Além de todo o aparato, um dos mais importantes instrumentos que temos usado nesse trabalho é a união de esforços com órgãos públicos, privados e sociedade. É por meio do diálogo e ações preventivas envolvendo o setor produtivo e municípios que temos conseguido somar forças para coibir o desmatamento ilegal em Minas.

Os resultados mostram que estamos no caminho certo, apesar dos desafios. No fim de novembro de 2023, o boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica mostrou que, nos primeiros oito meses de 2023, houve uma redução de 62% no desmatamento da Mata Atlântica em Minas, um percentual mais expressivo do que o registrado no Brasil, que foi de 59%.

Também em relação ao cerrado os números refletem o esforço na preservação e conservação do bioma. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no fim de novembro passado também apontaram que Minas reduziu em 12% a área suprimida de cerrado, enquanto no Brasil foi registrado aumento de 3% no desmatamento em um ano.

É importante lembrar ainda que a preservação das florestas, o reflorestamento e o aumento da cobertura vegetal contribuem de forma substancial para o alcance das metas de descarbonização que buscamos para o enfrentamento das mudanças climáticas. Estado subnacional que vem se destacando como referência na agenda climática global, Minas segue dando mais esse exemplo e mostrando para o mundo a importância da gestão e da união de esforços para a conservação ambiental e a sustentabilidade.

Mudanças Climáticas. Como financiar a descarbonização com as agroflorestas.

Enio Fonseca, Gestor em meio ambiente e sustentabilidade há 42 anos, é CEO da Pack of Wolves Assessoria Socioambiental, foi Superintendente do Ibama, Conselheiro do Copam, Superintendente de Gestão Ambiental do Grupo Cemig, Membro da ALAGRO, do FMASE e da AMF

As mudanças climáticas são o maior desafio ecológico atual e a preocupação social a esse respeito aumenta anualmente.

A descarbonização é o processo de redução de emissões de carbono na atmosfera, especialmente de dióxido de carbono (CO₂). Seu objetivo é alcançar uma economia global com emissões reduzidas para conseguir a neutralidade climática através da transição energética.

A transição energética é definida como um conjunto de mudanças nos modelos de produção, distribuição e consumo de energia para alcançar uma maior sustentabilidade.

É sempre oportuno lembrar que o Brasil possui uma matriz elétrica com cerca de 90% de fontes limpas e renováveis. Não obstante esta situação bastante positiva, muitas outras iniciativas vêm sendo trabalhadas para redução da emissão de gases efeito estufa, como a melhoria do setor de transporte, fortemente utilizador de combustíveis fósseis, o uso de biocombustíveis e a redução do desmatamento.

Financiar a descarbonização do planeta é uma atividade que pode ter custos elevados para toda a sociedade mundial.

Ao gerar receitas com atividade agrícola e créditos de carbono, as agroflorestas podem financiar práticas de restauração para

captura de CO₂, sendo uma alternativa viável a ser perseguida.

A agrofloresta é um sistema agrícola que combina elementos da agricultura, silvicultura, pecuária de forma sinérgica com os biomas nativos em uma mesma área, buscando integrar a produção de alimentos, fibras, madeira, energia e outros recursos de forma sustentável.

O economista Thiago Gil, em artigo publicado no canal www.theagribiz.com afirma que cerca de um bilhão de toneladas de CO₂ poderiam ser removidas via reflorestamento na América do Sul a um custo de US\$ 45/tonelada (de CO₂). Escalando essa quantia, cerca de 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ seriam removidas a um custo crescente de até US\$ 90/tonelada (de CO₂).

Ele afirma ainda que os créditos de carbono oriundos de atividades de reflorestamento são negociados a preços que oscilam entre US\$ 30 e US\$ 50/tonelada (de CO₂) no mercado voluntário atualmente, valores que isoladamente, não cobrem satisfatoriamente o custo dos estágios iniciais da curva de oferta estimada.

No aspecto financeiro, a agrofloresta gera receitas tanto pela atividade agropecuária e florestal, quanto pelos créditos de carbono se houver adicionalidade (se for implementada numa área desmatada há muito tempo, por exemplo).

Nesse sentido, essa modalidade de produção pode constituir uma alternativa econômica e ambientalmente viável, em especial associada a iniciativas para reduzir as mudanças climáticas, ou eventos climáticos extremos, sendo uma atividade que atende os princípios ESG e dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável- ODS 2030, da ONU.



ZELADORIA DO PLANETA ONG



A prevenção de incêndios florestais é fundamental para proteger ecossistemas naturais, comunidades próximas e a vida selvagem. Por isso a Educação e a Conscientização Públicas com campanhas educativas para aumentar a conscientização sobre os riscos de incêndios florestais, as práticas seguras e as consequências para o meio ambiente e as comunidades é fundamental para que as queimadas não aconteçam provocadas pela ação do Homem. Venha conhecer a Zeladoria do Planeta e Não Deixe o Fogo Apagar a Vida!

Projeto Inovar- Sustentabilidade em Foco (Fase 1)

A Meta Regulação Ltda. é uma empresa conceituada em consultoria, suporte, apoio e execução de serviços multissetoriais, destacando-se principalmente por atividades na área de Meio Ambiente, Mineração e Segurança do Trabalho. A empresa é autora do Projeto Inovar-Sustentabilidade em Foco, que surgiu alinhada à demanda emergente de recuperação ambiental de áreas degradadas. O Projeto abrange, em sua primeira fase, áreas em processos potenciais de erosão, situadas no distrito do Bação, em Itabirito, Minas Gerais, mais especificamente, as denominadas “voçorocas”, presentes na porção de influência da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Essa iniciativa surge também em resposta à demanda em caráter prioritário de restauração ambiental nessas regiões, que sofrem com processos erosivos e voçorocamento, representando uma ameaça significativa ao ecossistema local e à qualidade da água, assim como impacta na qualidade de vida e bem-estar da comunidade de São Gonçalo do Bação e Mangue Seco, que se localizam no entorno.

O Projeto adota uma abordagem sustentável desde sua concepção e planejamento à estimativa de conclusão, buscando promover ações técnicas, legais, e a harmonia entre as empresas parceiras da região, a sociedade civil e o meio ambiente. Para se alcançar objetivo pretendido de recuperação ambiental, a Meta Regulação utiliza materiais inertes filtrados, provenientes do processo de beneficiamento mineral de indústrias locais (ou circunvizinhas), classificados pela ABNT NBR 10.004/2004 como de “classe II B - inertes, não perigosos”. Esses materiais são seguros e rastreáveis, não oferecem risco ao solo, nem ao meio ambiente de modo geral, nem as pessoas. A escolha do material constitui parte do método a ser aplicado no processo de recuperação.

Os materiais são empregados no preenchimento das áreas das voçorocas, visando evitar novos processos erosivos e ampliação das áreas de erosão já existentes. Assim, após ampla análise e diversos estudos das variáveis das áreas de intervenção, elaboração de projetos de engenharia, obtenção de licença e outros fatores necessários, pode-se iniciar a operação do plano de recuperação. Tal estratégia não só contribui para a restauração ambiental, mas também reduz ou elimina a necessidade de intervenções adicionais para a disposição desses materiais, promovendo eficiência e sustentabilidade.

O Projeto Inovar adota o PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - como um mecanismo robusto de gestão ambiental, alinhado com as melhores práticas de engenharia e normas vigentes. Esse Plano é especificamente elaborado para cada área degradada contemplada no Projeto, considerando medidas como adequação do sistema de drenagem, metodologia de preenchimento das voçorocas, reconformação do terreno, revegetação e monitoramento contínuo. Essas ações aliam tecnologias e mecanismos tradicionais, contribuindo efetivamente na restauração dos ecossistemas afetados, garantindo, também, a segurança das ações planejadas ou implementadas.

Na primeira fase do Projeto, serão recuperadas 10 voçorocas, todas mapeadas e localizadas nas comunidades de São Gonçalo do Bação e Mangue Seco, áreas distritais de Itabirito. Durante o desenvolvimento do Projeto, são consideradas as normas técnicas, regulamentações ambientais e de segurança, bem como as diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, a fim de garantir a eliminação ou mitigação de impactos negativos. Além disso, salienta-se que o Projeto Inovar busca estabelecer parcerias estratégicas com mineradoras e indústrias locais, promovendo a sinergia entre diferentes setores. Essa colaboração permite o reaproveitamento seguro e eficiente de

resíduos ou subprodutos das atividades industriais na recuperação das áreas degradadas, alinhando-se aos princípios da economia circular e contribuindo para a redução do descarte de resíduos e o uso responsável dos recursos naturais. Desse modo, alcança-se o gerenciamento otimizado de resíduos e desenvolvimento sócio sustentável.

Portanto, o Projeto Inovar- Desenvolvimento em Foco atua para além da restauração ambiental, envolvendo e integrando ativamente a comunidade local na preservação do meio ambiente, promovendo a conscientização e o engajamento comunitário, incentivando a participação ativa na proteção dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade em todas as fases do Projeto e nos diferentes âmbitos socioculturais. A natureza demonstra a necessidade de oxigenar a saúde ambiental, por meio de ações que podem lançar luz sob um cenário marcado por fenômenos desarmônicos entre homem e meio ambiente, sob uma realidade que pode ser transformada pela preservação, manutenção ou mesmo pela recuperação de recursos internalizada como hábito atemporal. Esse Projeto é uma semente necessária que pode fazer germinar inúmeras ideias equivalentes.

Figura - Voçoroca a ser recuperada em distrito do Bação- Itabirito/ MG - Fonte: Meta Regulação (saiba mais em www.metaregulacao.com.br), 2024



ZELADORIA DO PLANETA ONG

MINERAÇÃO EM MÁRIO CAMPOS, VERDADES E MITOS!

A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta foi convidada e participou de uma reunião com alguns moradores preocupados com uma licença prévia concedida para a empresa MIB; A OSC Zeladoria do Planeta na qualidade de conselheira representante da Sociedade Civil Ambientalista no COPAM – Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais na Câmara Mineraria e no Plenário que regulamenta as licenças ambientais no estado verificou o processo e informa:



Conheça os principais temores de alguns moradores e a avaliação técnica frente ao processo:

Destruição do Pico Três Irmãos:

Verificado na documentação que a Poligonal definida pelo direito minerário ANM nº 830094/2004(LARF) NÃO engloba a serra dos Três Irmãos, observamos também que a área do empreendimento e cercada por outras atividades minerarias e o controle de fiscalização do processo pelos órgãos reguladores é considerado extremamente satisfatório, conclui-se que a serra não será impactada pois a área utilizada para mineração está a mais de 1.000 metros da cumeada da serra.

Impacto nos recursos hídricos:

Verificamos no processo que NÃO HAVERÁ BAR-RAGENS e o beneficiamento dos minérios serão via a seco, sem o uso de água.

Verificamos que não existe a possibilidade de rebai-xamento de lençol freático, já que a cota mais bai-xa da Mina, está 90 metros acima nível de água e a obrigatoriedade do uso de instrumentos de monito-ramento na área foi considerado uma medida ade-quada.

A licença concedida obriga a empresa a ter Progra-mas de monitoramentos ambientais constantes de água superficial das nascentes e o controle no entor-no, com monitoramento de particulados (POEIRA), monitoramento de ruídos com frequência definida na licença ambiental que são mensalmente disponi-bilizados no SEI – Sistema Estadual de Informação e podem ser consultados pela sociedade, Medida ex-tremamente adequada para eventuais ocorrências.

Um destes instrumentos encontra-se na região do condomínio Serra dos Bandeirantes.

Impactos diretos na comunidade de Mario Cam-pos:

Verificamos no processo que o acesso para operação e escoamento da produção será realizado por via ín-terna de Mineradora Vizinha, sem a necessidade de abertura de novos acessos.

Verificamos que as principais características socioe-conômicas propostas no projeto licenciado são:

- Fomentação na Economia da região de Mário Campos, Sarzedo e Brumadinho
- Geração de postos de trabalhos diretos e indi-retos
- Geração de impostos para os poderes públicos municipais, estadual e federal
- Desenvolvimento de Programas Sociais

SUGESTÕES :

A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta considera que a região de Marios Campos, em especial os bairros de Bom Jardim, Capão, Funil e os condomínios do entorno possam ser contem-plados pela empresa dentro do desenvolvimento de Programas Sociais com atividades de formação tec-nologica programação e de (IA) – Inteligencia Ar-tificial voltado para jovens objetivando que de fato exista um retono social que deixe um legado para a sociedade com gertação de renda, fromação de um polo tecnologico, almento do PIB e evitar que o jo-vem saia da região em busca de oportuidades de trabalho com bons salários.

Em amarelo o direito minerário nº ANM 830.094/2006 de Titularidade LARF, em azul ao centro da poligonal ANM, a área que será utilizada pela atividade minerária.



Encontro Ibero-americano de Voluntariado Estratégico: "Saindo do normal"

Data: 23 de abril de 2024
09h28 as 16h52: 6h de programação
Local: Minas Centro / Belo Horizonte – MG – Brasil

Realização: Vamos reforçar o papel do Terceiro Setor, unir forças em prol do bem maior.

Este é um evento que deve ser exemplo disto, sem um "dono", mas com diversos "fazedores" e muitas mãos trabalhando por um único propósito.
15h22 Quadrado de conversa: Tema, "O voluntariado como aliado da educação".

Participantes:

Izabela Leonel Cereda - OAB / MG / Direito na Escola. (Confirmada)

Dr. Fabricio Costa Veiga - Universidade de Itaúna. (Confirmado)

Fernando Benicio - Associação cultural Zeladoria do planeta. (Confirmado)

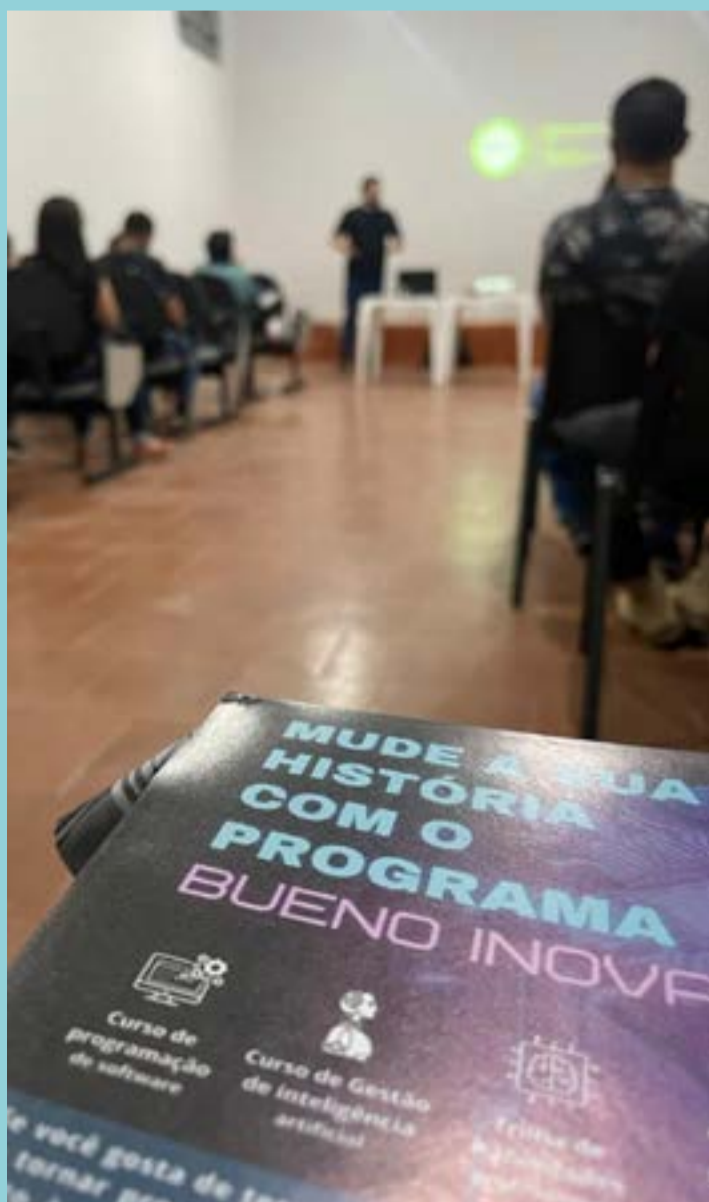
Participação especial gravada - Antonio Huerta (universidad Padla) México

ZELADORIA DO PLANETA ONG



BUENO INOVA

Em fase já avançada, o Bueno Inova é o programa de formação e conexão de jovens da cidade ao mercado de tecnologia. O programa, que já está acontecendo, irá formar, só em 2024, trinta moradores em programação e gestão de inteligência artificial e promete um aumento de mais de 250% na renda familiar dos participantes já no segundo ano. Pretendemos com esta iniciativa levar uma alternativa econômica para a cidade capaz de provocar alterações positivas e significativas no PIB da cidade, assim como na renda salarial local. Este investimento não só trará crescimento econômico como também mudará a trajetória de vida da população local, uma vez que não precisarão sair da cidade para encontrar oportunidades de emprego.



[@ComissaoOABMG2024Ambiental](#)
[@ambiental.oab.mg](#)
[oab.mg](#)

Comissão de Direito Ambiental

2º Congresso de DIREITO AMBIENTAL da OAB-MG

SAVE THE DATE

23 MAIO E **24** MAIO

Dom Helder ESCOLA SUPERIOR
 R. Álvares Maciel, 628 - Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG

6

ZELADORIA DO PLANETA ONG

Os Melhores Projetos Ambientais de Minas Gerais.



O Prêmio Gestão Ambiental 2024 é um reconhecimento do terceiro setor ambientalista, como incentivo àqueles que promovem e investem em projetos de alta relevância sócio ambiental. São indicados por associados e filiados os diversos projetos de cunho ambiental, sendo que dentre os indicados são selecionados por uma comissão independente 20 (vinte) projetos de empresas, instituições e pessoas que se destacaram e que irão receber a medalha e o certificado. Dentre esses vinte indicados é selecionado o destaque do ano. Informações: www.zeladoriadoplaneta.com.br



PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS

A Zeladoria do Planeta participa de forma diferenciada como representante da sociedade civil na Câmara Minerária que regulamenta as licenças ambientais para este tipo de empreendimento, realizando visitas técnicas aos locais para análise in loco dos danos ambientais verificando junto às comunidades os seus verdadeiros anseios para que, de fato, este tipo de empreendimento seja sustentável e deixe um legado positivo para a sociedade mineira e para o Brasil.

DIA MUNDIAL DA ÁGUA NO ROLA MOÇA

A Zeladoria do Planeta promoveu a CAMINHADA & CORRIDA ECOLÓGICA em comemoração ao Dia Mundial da Água, como forma de promover a educação ambiental, com quase 400 participantes, o Parque Estadual da Serra do Rola Moça foi palco deste encontro que começou com um café da manhã, práticas de ioga e de alongamento. Ao fim, no mirante das Três Pedras houve um abraço coletivo para deixar marcado a importância da educação ambiental vivenciada.



ZELADORIA DO PLANETA ONG



TAEKWONDO

Escola Municipal Urcino do Nascimento

Chegou o Taekwondo para os alunos do **segundo ano** da escola municipal Urcino do Nascimento no Bairro Água Limpa.

Professor Giovanni

Início 15/04 às 14 horas
www.zeladoriadoplaneta.com.br
zeladoriadoplaneta2019@gmail.com

NOVA LIMA Prefeitura para todos
 ZELADORIA DO PLANETA
 Meio Ambiente e Cultura

Projeto de educação ambiental Vivenciada através do esporte



José Frederico, artista plástico de Araxá, Sul de Minas Gerais, confeccionou as duas obras de arte para os troféus que serão entregues para o destaque do ano de 2024 do PGA PRÊMIO GESTÃO AMBIENTAL, nas categorias: "Apoio cultura" e "Projeto Técnico" da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.

O PGA PRÊMIO GESTÃO AMBIENTAL é um reconhecimento da sociedade civil organizada para as melhores iniciativas de pessoas, empresas, órgãos públicos e instituições com relação a questões ambientais. São selecionados de 15 a 20 projetos que recebem a comenda e o certificado durante o decorrer do ano e em novembro entre os agraciados são entregues o troféu de destaque do ano. Para inscrição da sua iniciativa ou do seu projeto envie detalhes para zeladoriadoplaneta2019@gmail.com ou pelo site www.zeladoriadoplaneta.com.br a comissão independente de avaliação já está recebendo e avaliando as propostas.

A Zeladoria do Planeta em parceria com Coca-Cola FEMSA do Brasil e a C Sul Lagoa dos Ingleses realizará no dia 05 de junho (dia mundial do Meio Ambiente) o ciclo de palestras com o objetivo de promover reflexões e mudanças de comportamento. As inscrições gratuitas serão abertas em breve. Acompanhe o nosso site: www.zeladoriadoplaneta.com.br.



EXPEDIENTE

GAZETA PLANETA GP

Uma publicação da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta - ONG.

Jornalista Responsável:
 Fernando Benicio – MG0699JP
Periodicidade: Mensal
Diagramação: Zeladoria do Planeta – FB
Tiragem: 3.000 Exemplares

E-mail: zeladoriadoplaneta2019@gmail.com
Site: www.zeladoriadoplaneta.com.br
Matriz: Belo Horizonte
Filiais: Mariana e Ouro Preto



Materia Paga: As opiniões e informações são de responsabilidade dos Anunciantes.

ZELADORIA DO PLANETA ONG

CAUÇÃO PARA MINERAÇÃO



Fernando Benício de Oliveira Paula, Diretor Presidente da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta dá publicidade - Conselheiro representante da sociedade civil organizada ambientalista na Câmara de mineração do COPAM

Em fevereiro de 2019, o Estado de Minas Gerais saiu na frente e trouxe importante legislação que veio a aumentar a segurança das barragens de rejeitos. Trata-se da Lei Estadual nº 23.291/2019, também conhecida como Política Estadual de Segurança de Barragens ou Mar de Lama Nunca Mais, e que instituiu a obrigação de os responsáveis pelas barragens abrangidas pela Lei apresentarem as cauções ambientais de suas estruturas.

Posteriormente, em dezembro de 2023, Minas Gerais novamente na sua posição de vanguarda publicou o Decreto nº 48.747, de 29 de dezembro de 2023, que regulamentou a caução ambiental, visando garantir ainda mais a segurança das barragens. Ressalta-se que a Zeladoria do Planeta defende a Política Estadual de Segurança de Barragens, bem como o importante instrumento da caução ambiental que, quando implementada pelas empresas, trará ainda mais segurança para a nossa população. No entanto, atentos a todas as manifestações já feitas na mídia e nos ambientes legislativos e regulatórios, verificamos que, para viabilizarmos a implementação deste importante instrumento, o decreto 48.747/2023 necessita de ajustes.

Em relação à metodologia de cálculo da caução ambiental, percebemos que o Estado buscou uma publicação científica que traz credibilidade ao Decreto e contribui para a previsibilidade de valores para a proteção da sociedade.

Entretanto, a nossa crítica se dá apenas no que se refere às modalidades de cumprimento da caução, bem como às regras exigidas para a utilização de algumas dessas modalidades. Em relação às modalidades, o Decreto prevê a possibilidade de cumprimento da caução por meio da caução em dinheiro, fiança bancária, seguro-garantia e CDB no BDMG.

É importante registrar que a Lei Mar de Lama Nunca Mais não lista as modalidades e trata a caução ambiental como um termo genérico, assim como é tratado em diversas outras legislações brasileiras. Já a Política Nacional de Segurança de Barragens especifica um pouco mais, prevendo caução, seguro, fiança, garantias reais e outras garantias financeiras. Nesse sentido, verificamos que o Decreto Estadual, infelizmente, não trouxe a garantia real como possibilidade de cumprimento da caução, nos termos do que estabelece a Lei Federal.

Em relação ao seguro-garantia e à fiança bancária, temos visto que diversas instituições vêm alegando a impossibilidade de o mercado, seguradoras e bancos, ofertarem estes produtos, em razão das regras impostas pelo Decreto. Este fato nos preocupa muito. Implementar a caução ambiental é muito importante para a proteção da nossa sociedade e do meio ambiente. Por isso, queremos que os detentores das barragens tenham estes produtos ofertados para que possam contratá-los. Por estes motivos, pedimos ao Estado de Minas Gerais que reveja este Decreto para trazer regras que permitam às seguradoras e aos bancos a oferta da fiança bancária e seguro garantia ao mercado. Pedimos também a inclusão da possibilidade de apresentação de garantias reais como forma de cumprimento da caução para garantir a conformidade do regulamento estadual ao disposto na Lei Federal. Vale lembrar que a caução não se destina à reparação plena de todos os impactos decorrentes de um eventual acidente ambiental, uma vez que esses valores podem atingir quantitativo estratosférico o que inviabilizaria empreendimentos de pequenas e médias minerações, não detentoras de aportes para tais medidas, fora o risco do uso indevido, por decreto, de tais fundos. Fernando Benício, Diretor - Presidente

Educação Ambiental para as atuais e futuras gerações.

É notório que a educação é a principal ferramenta para combater as desinformações e por que não dizer as atrocidades que vem acontecendo em todo o mundo, muito tem se falado dos desmatamentos, do efeito estufa, das mudanças climáticas e suas graves consequências para o planeta.

A zeladoria do Planeta vem desenvolvendo um trabalho no sentido de promover a educação ambiental de forma a atingir todos os públicos em suas diversas faixas etária, com resultados contundentes.

Aqui destacamos a importância dos pais, dos professores e da sociedade como um todo incentivar e disseminar as boas práticas ambientais para as crianças e adolescentes. Acreditamos não ser utopia, e sim um desafio que nos estimula a cada dia, construir cidadãos empoderados, protagonistas, capazes, responsáveis, participativos para preservar para as atuais e futuras gerações.

Neide Nazaré de Souza

